O ENSINO DE JORNALISMO E A INCLUSÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: RETRATO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NOS CURSOS DE JORNALISMO DE PONTA GROSSA

Gabriela Clair Kosvoski (PIBIC/CNPq/UEPG), Paula Melani Rocha (Orientadora), e-mail: pmrocha@uepg.br.

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Jornalismo.

Comunicação, e Jornalismo e Editoração.

Palavras-chave: História do jornalismo, Imprensa feminina, Imprensa feminista, Formação profissional, Conhecimento.

Resumo

A participação da mulher no jornalismo nacional data desde o século XIX, seja como produtora de conteúdo ou como consumidora. Contudo as marcas das jornalistas mulheres na conformação do jornalismo nacional são praticamente invisíveis na formação formal dos futuros profissionais. Esta pesquisa discute essas lacunas. O corpus dela é composto pelos cursos de jornalismo de Ponta Grossa e Curitiba. A discussão teórica pauta-se em história da imprensa feminina e feminista e estudos de gênero.

Introdução

O presente artigo traz os resultados do projeto de iniciação científica. O projeto tem por objeto mapear disciplinas e conteúdos que abordam perspectiva de gênero nas grades curriculares dos cursos de graduação em Jornalismo de Ponta Grossa e de Curitiba. No entanto, não se trata de um estudo comparativo entre as duas cidades, apenas de mapeamento e de caráter analítico.

Em 2015, o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (CNPq) aplicou questionários aos acadêmicos das duas IES de Ponta Grossa, e o presente projeto de pesquisa objetivou investigar o conhecimento sobre gênero desses alunos. Os objetivos específicos da pesquisa eram: verificar se os cursos oferecem na grade curricular conteúdo teórico e discussões envolvendo temáticas sobre gênero e cobertura jornalística; aferir se neles há projetos ou eventos de extensão e projetos de pesquisa sobre a temática.

Segundo o livro *Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*, as mulheres representam 63,7% dos jornalistas brasileiros, sendo maioria também na graduação. “Uma categoria profissional predominantemente feminina, jovem e branca” (LIMA, MICK, 2013, p. 33). Embora quantitativamente seja visível a presença feminina no mercado de trabalho em jornalismo, os dados não revelam como se caracteriza essa participação na trajetória histórica do jornalismo brasileiro.

Estudos apontaram que embora as mulheres tenham ocupado as redações brasileiras em número expressivo, as fontes utilizadas nos veículos e as representações femininas reproduzem o olhar estigmatizado da cultura do patriarcado (WOITOWICZ; ROCHA, 2014), ou seja, a mídia espelha e reitera as

desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira, independente do tema da notícia e da editoria publicada. Isso em parte deve-se à própria formação dos jornalistas que não contempla orientações sobre questões de gênero. E os limites não esbarram apenas no ensino, mas também pesquisa e extensão.

Materiais e Métodos

Para a realização da presente pesquisa, foram analisadas as ementas dos cursos de graduação em Jornalismo das IES de Ponta Grossa (Universidade Estadual de Ponta Grossa e Faculdades Santa Amélia (Secal)) e de Curitiba (Universidade Federal do Paraná, UniBrasil, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Positivo, Universidade Tuiuti do Paraná e Uninter). Foram observadas as grades atuais dos cursos, que estavam disponibilizadas online, exceto no caso da Universidade Tuiuti e Uninter.

No que diz respeito aos cursos de Jornalismo em Ponta Grossa, das instituições UEPG e Faculdades Secal, considerou-se as ementas, anteriores e posteriores à reforma curricular de 2015, a fim de investigar se haveriam disciplinas regulares que abordassem perspectivas de gênero ou diversidades. Também buscou identificar o corpo docente das duas IES: gênero e formação.

O projeto de pesquisa também analisou questionários aplicados pelo grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (CNPq) da UEPG em 2015 com alunos dos quatro anos de Jornalismo da UEPG e da Faculdades Secal, com o propósito de investigar o conhecimento de gênero deles. Ao todo foram 26 perguntas; dessas, 15 foram analisadas por este projeto, entre elas idade, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, série/período em que a aluna ou o aluno estava, como ela ou ele entende o conceito de gênero, se já teve contato com discussões de gênero e onde.

A pesquisa, ao se orientar pela problemática de gênero no Jornalismo, busca levantar elementos para realizar um diagnóstico da formação profissional nos cursos de Jornalismo de Ponta Grossa (UEPG e Faculdades Secal), a partir da análise dos questionários. Os dados envolvem a visão de gênero dos alunos, o contato com atividades de ensino, pesquisa e extensão e perspectivas profissionais relacionadas às questões de gênero, que foram analisados a partir de reflexões teórico-conceituais pertinentes à área.

Revisão de literatura

Em 2015, houve um aumento de 44,74% de violência contra a mulher, comparado com 2014, segundo dados da Central de Atendimento à Mulher (ligue 180), que registrou um caso de violência a cada sete minutos no Brasil. As ocorrências específicas de violência sexual, referente a estupro, assédio e exploração, cresceram 129%. De acordo com o 9º Anuário Brasileiro da Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2014 o Brasil tinha um caso de estupro notificado a cada 11 minutos. O Brasil, em 2012, ficou em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, segundo o Relatório de Assassinato de LGBT, concentrando 44% do total de mortes.

A mídia espelha e reitera as desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira. Isso em parte deve-se à própria formação dos jornalistas que não contempla orientações sobre questões de gênero. E os limites não esbarram apenas no ensino, mas também pesquisa e extensão.

> Pode-se dizer que, em comparação com outras áreas do conhecimento (como História, Sociologia, Antropologia, Letras, entre outras), os estudos de gênero são pouco representativos da produção científica em Jornalismo e Comunicação, conquistando espaço a partir de meados dos anos 1990 no Brasil. Contudo, revelam-se pertinentes na medida em que permitem inserir olhares angulados nas relações entre o feminino e o masculino na análise das representações midiáticas e mesmo das dinâmicas internas do campo jornalístico. (WOITOWICZ; ROCHA, 2014, p.93).

O jornalismo exerce importante papel social na divulgação de conhecimento e na dinâmica da sociedade. José Marques de Melo (2006) que coloca os jornais como um espaço para o exercício de cidadania.

Resultados e Discussão

A ementa do curso da UEPG apontou que apenas com a mudança de currículo, em 2015, foi criada disciplina chamada Jornalismo, Políticas Públicas e Cidadania, que trata da questão da diversidade. Na instituição Secal, há também uma disciplina, de nome Questões Sociais Contemporâneas, que trata das questões de gênero, mas apenas no novo currículo da IES.

No quesito projetos de pesquisa e extensão, ambas as IES possuem discussões na área. No caso da UEPG, há um grupo de pesquisa, chamado Jornalismo e Gênero (CNPq). Já nas Faculdades Secal, há um projeto de pesquisa em parceria com o Museu dos Campos Gerais, intitulado “O direito de voto das mulheres – Diários dos Campos 1932”. Pode-se perceber, até aqui, que há um equilíbrio, na teoria, com relação aos dois cursos. O grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero, em parceria com o curso de Jornalismo da UEPG e com o Mestrado em Jornalismo também da UEPG, realiza, desde 2011, o Colóquio Mulher e Sociedade.

Sobre o corpo docente dessas IES, verificou-se que o curso da UEPG possui 16 professores, sendo 10 efetivos e 6 colaboradores. Dos efetivos, 6 são mulheres e 4 são homens, todos doutores. Dos colaboradores, são 4 mulheres e 2 homens. Dessas 4 mulheres, 2 possuem o título de mestre, 1 é doutoranda e 1 é doutora. Dos 2 homens, 1 é doutor e 1 é doutorando. Na Secal são 8 professores, sendo 5 mulheres e 3 homens. Destas 5 mulheres, 1 é doutoranda, 2 são mestrandas, 1 é mestre e 1 possui especialização na área. Dos 3 homens, 1 é doutor, 1 é doutorando e 1 é mestre. Há uma maior participação das mulheres na área acadêmica do que dos homens.

Dos acadêmicos que responderam os questionários, aproximadamente 30% entendem o conceito de gênero. Das acadêmicas e dos acadêmicos que não entendem o conceito por completo, mas responderam mesmo assim, somam 50% dos questionários das Faculdades Secal e 64% da UEPG. Os questionários com respostas não obtidas somam 18% das Faculdades Secal e 5% da UEPG.

Da UEPG, 95% disseram ter tido algum contato com discussões de gênero, e, destes, 95% declararam ter sido na universidade. Dos alunos da Secal, 93% declararam ter tido contato com discussões de gênero e, destes, 82% disseram ter sido na faculdade. Com relação às discussões de questões de gênero em sala de aula promovidas por professores, cerca de 91% dos acadêmicos da UEPG disseram ter presenciado em algum momento do curso. Já na Secal 82% declararam ter presenciado alguma discussão.

Das seis IES de Curitiba, duas não forneceram informações sobre grades curriculares e ementas (Universidade Tuiuti do Paraná e Uninter). O curso da UFPR

não possui na ementa nenhuma matéria que faça menção a perspectiva de gênero, assim como o curso da UniBrasil e da PUC-PR. O curso da Universidade Positivo possui a matéria Mídia, Gênero e Etnia.

Conclusões

Dos oito cursos mapeados, três abordam a perspectiva de gênero de acordo com as ementas, e dois não declararam, isso é, 37,5%. Em Ponta Grossa, as duas IES incluíram gênero na grade curricular, e os questionários apontaram que os alunos recebem noções de gênero. Nas duas IES, sobressaem as mulheres no corpo docente, UEPG (10) e Secal (5). Considera-se ainda que o fato de discussões de gênero não constarem nas ementas não significa que elas não existam em sala de aula. A formação da imprensa feminina e feminista, que poderia estar inclusa nas disciplinas de História da Comunicação ou História do Jornalismo, não é incluída. A situação se repete: a história é contada a partir do viés masculino.

Agradecimentos

Agradeço à professora Paula Melani Rocha, pela oportunidade da pesquisa e por todo o conhecimento compartilhado. Agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC e ao CNPq, e também ao grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (CNPq) pela contribuição com a pesquisa e pelo fornecimento dos questionários.

Referências

FACULDADES SECAL. **Vinte acadêmicos da Secal pesquisam sobre voto feminino e Estado Novo**. 2017. Disponível em: <http://secal.edu.br/?n=1657> Acesso em: 03 abr. 2017.

FACULDADES SECAL. **Curso de Jornalismo**. Disponível em: <http://www.secal.edu.br/?id=22> Acesso em: 12 fev. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo de Cursos 2017**. Disponível em: <http://www.uepg.br/catalogo/cursos/bacharelado_jornalismo.html> Acesso em: 12 fev. 2017.

MICK, J. **Perfil do Jornalista Brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho.** UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política; Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, 2012.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo. Identidades Brasileiras**. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

ROCHA, P. M., WOITOWICZ, K. J. Estudos de gênero no jornalismo: perspectivas de análise das mulheres jornalistas e das representações de gênero In: **Marcas e discursos de gênero: representações femininas e outros olhares**.1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, v.1, p. 131-151.